

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Março de 2019

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Av. Borges de Medeiros, 2500/1105

Praia de Belas, Porto Alegre - RS

90110-150

T: +55 51 2125.1400

Av. Dr. Nilo Peçanha, 724/201

Bela Vista, Porto Alegre - RS

90470-000

T: +55 51 3508.7734

www.bakertillybr.com.br**Conteúdo****Páginas**

Relatório dos auditores independentes..... 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações do resultado 8

Demonstração do resultado abrangente 9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstrações dos fluxos de caixa 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras 12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas da
PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.
São Leopoldo / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

1. Realização dos créditos tributários diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta **Altus Sistemas de Automação S.A.** possui, créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente não dedutíveis, no montante de R\$ 15.313 mil, conforme melhor detalhado na nota explicativa 17. As práticas contábeis atuais estabelecem que a manutenção destes ativos depende do sucesso e do monitoramento do plano de medidas desenvolvido pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Discussão judicial com Instituições financeiras e Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta **Altus Sistemas de Automação S.A.** possui discussões judiciais com as instituições financeiras e com fornecedores, no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os montantes em discussão totalizam R\$ 5.427 com instituições financeiras e R\$ 1.170 com fornecedores em fase de buscas de acordos. Suportado pela opinião de seus assessores jurídicos e pelos históricos de negociações de mesma natureza não é possível estimar o desfecho final dessas negociações. Enquanto não houver Acordo firmado entre as partes e a definição da nova forma de pagamento, as demonstrações contábeis estão demonstradas pelos valores atualizados conforme contrato original e não incluem quaisquer ajustes relativos a ganhos financeiros com redução de juros e multa que por venturam estão sendo pleiteados, as quais visam o fortalecimento do seu equilíbrio financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras, da **PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 02 de julho de 2018 com opinião com ressalva sobre a não mensuração dos possíveis efeitos da liquidação da HCHT Participações S.A. divulgados na nota explicativa de eventos subsequentes não divulgados anteriormente, ênfase sobre a rerepresentação da opinião sobre as demonstrações contábeis emitidas em 11 de maio de 2018 e com parágrafo de incerteza relevante sobre a continuidade operacional.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 22 de março de 2019.

Sergio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

Viviane Barcelos Cangussu Machado

Contador – CRCRS nº 68.061

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2018	2017	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	227	4	4.554	4.850	Financiamentos e empréstimos	12	-	-	11.046	45.013
Contas a receber de clientes	5	-	-	16.816	70.791	Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	4	13.759	259.267
Estoques	6	-	-	11.761	58.667	Impostos e contribuições a recolher		34	64	5.491	13.826
Impostos a recuperar	7	5	5	1.933	5.643	Salários e provisões trabalhistas		-	20	3.029	4.495
Adiantamentos		-	-	-	746	Provisões		-	-	1.713	1.726
Outros créditos		-	-	1.313	31.317	Subvenções a realizar		-	-	-	-
						Adiantamento de clientes		-	-	2.743	10.239
						Outros débitos		-	-	2.174	15.410
		<u>232</u>	<u>9</u>	<u>36.377</u>	<u>172.014</u>			<u>34</u>	<u>88</u>	<u>39.955</u>	<u>349.976</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Débitos com partes relacionadas	13	330	8.795	294	8.795
Impostos a recuperar	7	-	-	2	3	Financiamentos e empréstimos	12	4.018	4.220	29.443	46.550
Impostos diferidos	17	-	-	15.313	15.814	Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	15.366	3.243
Créditos com partes relacionadas	13	92	1.082	227	303	Provisão para contingência	14	-	-	28	300
Outros créditos		-	-	6.772	4.358	Impostos a recolher		-	-	3.481	573
		<u>92</u>	<u>1.082</u>	<u>22.315</u>	<u>20.478</u>			<u>4.348</u>	<u>13.015</u>	<u>48.613</u>	<u>59.461</u>
Investimentos						Passivo a descoberto					
Imobilizado	8	2.750	234	-	-	Capital social	15	27.872	15.387	27.872	15.387
Intangível	9	-	20	9.194	147.426	Reservas de lucros		311	311	311	311
	10	-	-	19.664	33.841	Reserva de capital		24.341	42.201	24.341	42.201
						Prejuízos acumulados		(53.831)	(69.657)	(53.831)	(69.657)
		<u>2.750</u>	<u>254</u>	<u>28.858</u>	<u>181.267</u>	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>(1.308)</u>	<u>(11.758)</u>	<u>(1.308)</u>	<u>(11.758)</u>
						Participação de não controladores		-	-	290	(23.920)
						Total do patrimônio líquido		<u>(1.308)</u>	<u>(11.758)</u>	<u>(1.018)</u>	<u>(35.678)</u>
Total do ativo		<u>3.074</u>	<u>1.345</u>	<u>87.550</u>	<u>373.759</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.074</u>	<u>1.345</u>	<u>87.550</u>	<u>373.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida de vendas e serviços	16	-	-	45.537	230.204
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		-	-	(18.284)	(187.623)
Prejuízo/lucro bruto		-	-	27.253	42.581
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas		-	-	(7.329)	(6.443)
Despesas administrativas		(496)	(403)	(12.725)	(25.002)
Outras despesas e receitas, líquidas		(300)	-	413	2.726
Resultado da equivalência patrimonial		(239)	10.877	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.035)	10.474	7.612	13.862
Despesas financeiras		(1.376)	(2.356)	(22.019)	(43.594)
Receitas financeiras		208	-	12.984	28.838
Resultado financeiro líquido		(1.168)	(2.356)	(9.035)	(14.756)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.203)	8.118	(1.423)	(894)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	(502)	13.757
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	-	(1.110)
Lucro / Prejuízo do exercício		(2.203)	8.118	(1.925)	11.753
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(2.203)	8.118	(1.743)	10.572
Acionistas não controladores		-	-	(182)	1.181
Lucro / Prejuízo do exercício		(2.203)	8.118	(1.925)	11.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro / Prejuízo do exercício	(2.203)	8.118	(1.925)	11.753
Variação de investimento em coligada	-	-	-	-
Ajuste de reavaliação patrimonial reflexa	-	369	-	369
Outros resultados abrangentes	(2.203)	8.487	(1.925)	12.122
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(2.203)	8.487	(1.743)	10.941
Acionistas não controladores	-	-	(182)	1.181
Total do resultado abrangente do exercício	(2.203)	8.487	(1.925)	12.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Reservas de Capital					Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de lucros - legal	Reavaliação reflexa	Reserva de capital	Prejuízos acumulados			
Saldo em 31 dezembro de 2016	15.387	311	726	41.106	(66.644)	(9.114)	(78.318)	(87.432)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.005)	(2.005)	-	(2.005)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(1.008)	(1.008)	-	(1.008)
Movimentações de não controladores	-	-	-	-	-	-	54.398	54.398
Variação em investimentos	-	-	369	-	-	369	-	369
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.387	311	1.095	41.106	(69.657)	(11.758)	(23.920)	(35.678)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.203)	(2.203)	-	(2.203)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	11	11	-	11
Movimentações de não controladores	-	-	-	-	-	-	24.210	24.210
Destinações								
Capital social	12.485	-	-	-	-	12.485	-	12.485
Reserva reflexa	-	-	157	-	-	157	-	157
Reserva de reavaliação	-	-	-	(18.018)	18.018	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.872	311	1.252	23.088	(53.831)	(1.308)	290	(1.018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.203)	8.118	(1.423)	(894)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	20	30	2.537	20.628
Resultado de equivalência patrimonial	239	(10.877)	-	-
Impostos diferidos	-	-	502	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	4.494	12.180
Reversão de provisão para contingências	-	-	22	(6.704)
Juros provisionados e não pagos	-	-	3.228	-
Outras contas	-	-	517	-
	(1.944)	(2.729)	9.877	25.210
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) de contas a receber	788	-	18.690	(28.917)
Diminuição/(aumento) de outras contas a receber	-	2	2.563	(20.259)
(Diminuição)/aumento do contas a pagar e outros	(54)	(30)	(24.664)	48.463
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.110)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	734	(28)	(3.411)	(1.823)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(277)	(41.869)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(2.672)	(21.018)
Aquisição de investimento	(2.754)	-	(2.754)	-
Adição de caixa na aquisição de controladas	-	-	(11.551)	54.398
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(2.754)	-	(17.254)	(8.489)
Financiamentos e empréstimos	(202)	(54)	2.034	(18.521)
Partes relacionadas	(8.263)	2.815	(9.193)	3.620
Reserva de lucros	157	-	157	369
Aumento de capital social	12.484	-	17.484	-
Ajustes de Exercícios anteriores	11	-	11	(1.008)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	4.187	2.761	10.492	(15.540)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício	223	4	(296)	(642)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	-	4.850	5.492
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	227	4	4.554	4.850
	223	4	(296)	(642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Parit Participações S.A. (denominada “Parit”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 abrangem a Parit e suas controladas (denominadas em conjunto como “Companhia” ou “Grupo”), a Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidada foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As seguintes Companhias foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Tipo de Participação	Percentual de Participação	
		31/12/2018	31/12/2017
HCA Participações S.A.	Direta	90,56%	78,04%
HCHT Participações S.A.	Direta	Extinta em 25/07/2018	72,07%
Altus Sistemas de Automação S.A.	Indireta	100%	78,04%

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, requer a Administração da Companhia que faça julgamentos, estimativas e premissas para contabilizar ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 02 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela empresa controladora e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e estrangeira

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

A Base de consolidação:

(i) Controladas

Controlados são os empreendimentos nos quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre companhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Não foram apurados montantes relevantes referentes a ganhos ou perdas não realizadas.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

e. Estoques

Os estoques das controladas são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, entre os dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da “média ponderável móvel”. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos dos projetos, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, caso aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de itens em que estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Instalações	10 anos
Máquinas e Equipamentos	7 a 10 anos
Móveis e Utensílios	5 a 10 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Ferramentas	7 anos
Prédio	40 anos

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

Veículos

5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

Gastos com desenvolvimento de tecnologia

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto será bem-sucedido, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser mensurado de forma confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrara em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização/depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

m. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

n. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual se espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

o. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia é de R\$ 27.871.528,77 ações e está representado por 128.386.615 ações nominativas, sendo 102.837.676 de ações ordinárias e 25.548.939 de ações preferenciais.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida ao final do exercício como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

p. Reconhecimento da receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no exercício em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Venda de produtos

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos e equipamentos eletrônicos, reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador, dependendo das características de cada transação.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

Prestação de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

Contratos de construção

As receitas registradas a este título são oriundas dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de materiais, geralmente relacionada à prestação de serviços de contratos de engenharia. É reconhecida segundo o método de Porcentagem de Conclusão (POC), ou seja, a receita contratual é reconhecida na demonstração do resultado nos períodos contábeis em que o trabalho é executado. A receita é reconhecida de acordo com a evolução física dos contratos, cujas etapas de execução são determinadas através da emissão de laudo técnico assinado por profissional habilitado.

(q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, rendimentos de aplicações, ganhos cambiais sobre a variação de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas cambiais sobre a variação de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(r) Benefícios fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais refere-se ao Crédito Presumido de ICMS e ao Reintegra. A receita está contabilizada e demonstrada na conta de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na demonstração do resultado do exercício.

(s) Novas normas, interpretações e revisões de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48/IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos e passivos financeiros.

Classificação - Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado ou a valor justo pelo resultado (instrumentos derivativos), o qual não foi alterado pelo CPC 48/IFRS 9.

A Companhia avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” ou “valor justo pelo resultado” (instrumentos derivativos) e passarão a ser classificados como “custo amortizado”. No caso dos “empréstimos e recebíveis” e no caso dos derivativos continuarão a ser classificados como “valor justo pelo resultado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48/IFRS 9 é aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja, com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31 de dezembro de 2018, expectativa de aumento no risco de crédito ou impacto significativo esperado em relação a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CPC 47 / IFRS 15- “Receita de contratos com Clientes”

O CPC 47/IFRS 15 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30/IAS 18 - Receitas e CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção.

O CPC 47/IFRS 15 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Venda de produtos

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Se não for possível fazer uma estimativa razoável das potenciais devoluções de mercadorias, quando permitidas, o reconhecimento da receita é diferido até que o período de devolução expire ou até que uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes do período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial.

Transição

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

CPC 06/IFRS 16 - "Arrendamentos"

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06/IFRS 16 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47/IFRS 15 antes do CPC 06/IFRS 16 (R2).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalente de Caixa	227	4	4.379	3.064
Aplicações Financeiras	-	-	175	1.786
	227	4	4.554	4.850

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia não possuem restrições de uso e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor. Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	-	-	17.312	71.224
Provisão para perdas esperadas	-	-	(496)	(433)
	-	-	16.816	70.791

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

6. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	-	-	3.930	10.755
Produtos em elaboração	-	-	1.201	13.623
Matérias primas	-	-	6.040	16.096
Materiais de embalagem	-	-	-	523
Matérias-primas em poder de terceiros	-	-	76	-
Material para revenda	-	-	877	-
Material para revenda em poder de terceiros	-	-	12	-
Produtos acabados em poder de terceiros	-	-	250	-
Almoxarifados e manutenção	-	-	80	801
Importações em andamento	-	-	62	17.782
Provisão para perda de estoques	-	-	(2.369)	(2.487)
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.602	1.574
	-	-	11.761	58.667

Os estoques das empresas controladas encontram-se livres de ônus ou garantias.

O saldo de adiantamento a fornecedores é composto por adiantamentos relativos à compra de insumos e serviços utilizados na fabricação de produtos.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações das empresas controladas e estão descritos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda	5	5	198	138
Contribuição social	-	-	238	231
COFINS	-	-	471	3.150
PIS	-	-	197	801
IPI	-	-	73	141
ICMS	-	-	626	812
ICMS s/imobilizado	-	-	2	3
INSS	-	-	-	79
ISS	-	-	130	107
Outros	-	-	-	184
Total	5	5	1.935	5.646
Não circulante	-	-	2	3
Circulante	5	5	1.933	5.643

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

8. INVESTIMENTOS

A - Informação								
	Saldo em 31/12/2018	Capital Social	Patrimônio Líquido	Ações Possuídas	Total do Ativo	Total do Passivo	Total das Receitas Líquidas	Resultado do Exercício
HCA Participações S.A.	2.750	17.418	3.037	90,56%	3.710	673	616	(239)
B - Movimentação								
	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de Participação Societária	Total em 31/12/2018					
HCA Participações S.A.	234	2.516	2.750					
Total	234	2.516	2.750					

9. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de depreciação %	Controladora			Consolidado	
		31/12/2018			31/12/2017	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos e Edificações	1,92%	-	-	-	-	4.892
Máquinas e Equipamentos	16%	-	-	-	-	3.436
Instalações	10%	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	12%	-	-	-	-	305
Veículos	24%	-	-	-	20	561
Ferramentas	20%	-	-	-	-	-
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento		-	-	-	-	-
		-	-	-	20	9.194
		-	-	-	-	147.426

10. INTANGÍVEL

	Taxas médias anuais de Amortização	Controladora			Consolidado	
		31/12/2018			31/12/2017	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Software	10% a 20%	-	-	-	-	553
Gastos de desenvolvimento	7,5% a 50%	-	-	-	-	19.111
Perda Valor Recuperável		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
		-	-	-	19.664	33.841

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Nacionais	-	4	27.847	39.609
Exterior	-	-	943	222.776
Partes Relacionadas	-	-	335	125
	-	4	29.125	262.510
Não Circulante	-	-	15.366	3.243
Circulante	-	4	13.759	259.267

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de Contrato	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em Moeda Nacional					
Badesul	7% a.a. + SELIC	1.735	2.310	1.735	2.310
Capital de Giro - Banrisul	6,167% a.a. a 29,06% a.a	2.283	1.910	2.283	1.876
BNDES P&G - Petróleo e Gás	11,67 a.a.	-	-	6.096	4.587
FINEP	TJLP + 5% a.a.	-	-	10.023	10.738
BNDES/PROSOFT	TJLP + 1% a.a.	-	-	602	524
CDC	16,72% a.a.	-	-	18.972	18.369
Banrisul Leasing – 41014061102	1,20% a.m.	-	-	-	8
Unisinos	4% a.a.	-	-	-	26.685
BNDES – 132107618	6% a.a.	-	-	-	4.403
Badesul - 201400012014	6% a.a. + SELIC	-	-	-	3.046
FINEP - 0211027700	4% a.a.	-	-	-	14.378
Fiança Finep	12,00% a.a	-	-	778	-
Consorcio Banrisul					17
Banco Safra	2,20% a.m.	-	-	-	15
Desconto de duplicatas	2,20% a.m.	-	-	-	3.012
S.R.M.	3,03%-3,26% a.m.	-	-	-	1.595
		4.018	4.220	40.489	91.563
Não Circulante		4.018	4.220	29.443	46.550
Circulante		-	-	11.046	45.013

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

a. Prazo de vencimento - passivo não circulante

Os montantes apresentados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento.

Convenants

As cláusulas contratuais de vencimento antecipado estabelecem condições de informar todas as alterações realizadas no capital social os estrutura societária que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como, aquelas que podem influenciar na capacidade de pagamento da financiada. Os referidos contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de Covenants que requeiram a manutenção ou atingimento de determinados índices financeiros.

Há outros contratos que incluem cláusulas restritivas, que geram o direito às instituições financeiras vinculadas de cobrar, de forma antecipada, os direitos que lhe reservam tais contratos sendo as principais hipóteses descritas a seguir:

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

- no caso de arrendamentos, se o bem for apreendido por autoridade competente;
- ocorrência de qualquer fato, medida judicial ou extrajudicial que possa afetar as garantias constituídas ou a solvência da Companhia;
- existência de títulos protestados;
- inadimplemento de outros contratos com a instituição financeira ou com quaisquer terceiros;
- deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou insolvência da Companhia e/ou dos avalistas;
- se a Companhia e/ou avalistas sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações junto às instituições financeiras;
- redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, em função do projeto para o qual se obteve o financiamento;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário direto ou indireto, alteração da atividade principal, bem como a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

13. PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo				
HCHT Participações S.A.	-	22	-	-
HCA Participações S.A.	-	769	-	-
Créditos com acionista	-	291	227	303
RFAC Participações	89	-	-	-
Outros Adiantamentos	3	-	-	-
Total do ativo	92	1.082	227	303
Passivo				
HCA Participações S.A.	36	-	-	-
HCT Participações S.A.	294	8.795	294	8.795
Total do passivo	330	8.795	294	8.795

14. PROVISÕES

A controlada indireta Altus Sistemas de Automação S.A. é parte envolvida em processos trabalhistas, tributárias e cíveis, em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela posição de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as rescisões de contrato de trabalho, pagamentos de benefícios, horas extras e seus reflexos.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

- Cíveis: Ação de execução que tem como título executivo o instrumento particular de confissão de dívida firmado pela Companhia junto a fornecedor.
- Tributárias: autos de Infração de IRPJ e CSLL, e impugnação total ao Auto de Infração de IRRF, no REFIS.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Ainda a investida indireta Altus Sistemas de Automação S.A. tem ações de natureza trabalhista, tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias				
ICMS	-	-	5.077	799
COFINS	-	-	275	264
Imposto de renda e CSLL	-	-	-	33
IPI com COFINS cumulativa	-	-	31	30
Cíveis	-	-	784	372
Trabalhistas	-	-	154	160
	-	-	6.321	1.658

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 27.871.528,77 ações e está representado por 128.386.615 ações nominativas, sendo 102.837.676 de ações ordinárias e 25.548.939 de ações preferenciais.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva Reflexa

Refere-se ao reconhecimento reflexo do ajuste de avaliação patrimonial registrado na investida indireta Altus Sistemas de Automação S.A. que no exercício de 2017 passou 100% de seu capital social a ser controlado pela investida HCA Participações S.A.

d. Reservas capital

Em 3 de março de 2016 foram recebidos R\$21.938 da nova acionista e destinados a esta reserva de capital, totalizando R\$23.088. Esta reserva tem como finalidade o suporte operacional aos investimentos futuros da Companhia.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

e. Variação em investimento

Em 2018 a Parit aumentou o controle na HCA para 90,56% com o Aporte de capital R\$2.999.999,95. Com a extinção da empresa HCHT a entidade reverteu a reserva reflexa de R\$ 18.017.942,48.

f. Ajustes de exercícios anteriores

Os valores registrados a título de ajustes de exercícios anteriores tratam-se de valores apropriados no PERT foram retificados no exercício de 2018.

g. Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas

A participação de não controladores é a parte do patrimônio líquido de controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Quando a participação da Parit Participações S.A. nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a Parit Participações S.A. não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a Parit Participações S.A. não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
Vendas Brutas de Produto	-	-	26.525	18.591
Vendas Brutas de Mercadoria	-	-	-	179.799
Vendas Brutas de Serviços	-	-	3.763	974
Vendas Brutas de Contratos de Construção	-	-	22.665	38.183
Impostos sobre as vendas, Abatimentos e Devoluções	-	-	(7.416)	(7.343)
Receita líquida de vendas	-	-	45.537	230.204

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os saldos dos impostos diferidos ativos e passivos encontram-se assim compostos por:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2018
Ativo de imposto diferido		
IR e CS diferidos a recuperar em até 12 meses	497	598
IR e CS diferidos a recuperar depois de 12 meses	15.754	15.961
	16.251	16.559

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo de imposto diferido		
IR e CS diferidos a liquidar em até 12 meses	19	237
IR e CS diferidos a liquidar depois de 12 meses	919	508
	938	745
Imposto diferido ativo (líquido)	15.313	15.814

Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	598
2019	497	862
2020	682	1.060
2021	949	1.227
2022	1.242	1.303
2023	1.511	1.116
A partir de 2024	11.370	10.393
	16.251	16.559

A composição dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para participação nos resultados	548	175
Processos tributários/trabalhistas/cíveis	72	103
Provisão para perdas em estoques	805	825
Provisões despesas com serviços de terceiros	425	202
Outras provisões para despesas	108	118
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		1.040
Prejuízos fiscais	14.293	14.096
Imposto diferido ativo	16.251	16.559
Impostos sobre reserva de reavaliação	496	508
Impostos decorrentes da Lei 12.973/14	442	237
Imposto diferido passivo	938	745
	15.313	15.814

Considerando seu histórico de rentabilidade e aproveitamento de imposto de renda e contribuição social diferidos a Companhia realizou estudo técnico contendo estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido, discriminadas ano a ano, com base na geração de lucros tributáveis futuros. Estas premissas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2019.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

O saldo de prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, são respectivamente de R\$ 42.162 e 41.958.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia investida indireta Altus Sistemas de Automação S.A. possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura (R\$ mil)
Patrimônio e estoques	Incêndio, queda de raio, explosão/danos elétricos/ equipamentos eletrônicos sem roubo/lucros cessantes decorrentes de incêndio, queda de raio e explosão/recomposição de documentos/roubo ou furto qualificado de bens/vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	35.600
Responsabilidade civil	Obras civis e/ou serviços de montagem e instalações de máquinas e equipamentos, responsabilidade profissional	6.000
Transporte	Todas as mercadorias / matérias-primas sob responsabilidade do Segurado; Cobertura Automática para mercadorias em devolução, não entrega, e/ou re-despachadas.	687
Seguro Garantia	Inadimplência das obrigações assumidas pelo tomador, em contratos de construção, fornecimento ou prestação de serviços	13.247
Auto Frota	Casco/carroceria/danos materiais, corporais e morais/ APP morte/APP invalidez permanente	708

Fabiano Günther Favaro
DIRETOR

Ricardo Menna Barreto Felizzola
DIRETOR

Responsável Técnico pelas demonstrações:
Guilherme Candido Pinto Duarte
Registro CRCRS: 070147/O-7
Patrick Guizolfi Bairros
CRCRS: 090506/O-3

* * * *